



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2012 APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: DIA 13/06/2012 ÀS 14 HORAS	
OBJETO	EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE MACRO DRENAGEM E AMPLIAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS
TIPO	MENOR PREÇO GLOBAL

GCLP	Informações Cadastro - CRC: (053) 3233.6057 - 3231 1162 com Milene Informações Editais: (053) 3233.8417 - 3233.6056 com Clair e/ou Helana. Esclarecimentos referentes ao objeto deste Edital: (53) 3233 6060 com Regimar Rosa Atendimento externo de segunda à sexta-feira das 13:00 às 17:00h. E-mail: regimarcompras@riogrande.rs.gov.br www.riogrande.rs.gov.br
-------------	--

RECIBO

A empresa acusa a retirada
do Edital referente a este processo licitatório e deseja ser informada de qualquer alteração pelo e-mail
....., fone/fax: ()
e/ou pelo endereço, CEP:

(local/data), / /

.....
Nome (completo) e assinatura

OBS: ESTE RECIBO DEVERÁ SER REMETIDO À GCLP - SETOR DE COMPRAS - PELO e-mail
claircompras@riogrande.rs.gov.br ou helenacompras@riogrande.rs.gov.br.

***É IMPRESCINDÍVEL REALIZAR O ENVIO DESTES RECIBOS PARA COMPROVAÇÃO
NOS AUTOS DO PROCESSO, CONFORME DETERMINA A LEGISLAÇÃO VIGENTE.***

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2012 APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS: DIA 13/06/2012 ÀS 14 HORAS	
OBJETO	EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE MACRO DRENAGEM E AMPLIAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS
TIPO	MENOR PREÇO GLOBAL

GCLP	<p>Informações Cadastro - CRC: (053) 3233.6051 – 3231. 1162 com Milene. Informações Editais: (053) 3233.8417 - 3233.6056 com Clair e/ou Helena. Esclarecimentos referentes ao objeto deste Edital: (53) 3233 6060 com Regimar Rosa Atendimento externo de segunda à sexta-feira das 13:00 às 17:00h. E-mail: regimarcompras@riogrande.rs.gov.br ou claircompras@riogrande.rs.gov.br</p>
-------------	---

<u>1.OBJETO:</u>	<u>3</u>
<u>2.DA LEGISLAÇÃO QUE AMPARA:</u>	<u>3</u>
<u>3.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:</u>	<u>4</u>
<u>4.DO CREDENCIAMENTO:</u>	<u>5</u>
<u>5.DA APRESENTAÇÃO DE ENVELOPES:</u>	<u>6</u>
<u>6.DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 01</u>	<u>7</u>
<u>7.DA PROPOSTA FINANCEIRA - ENVELOPE Nº 2</u>	<u>11</u>
<u>8.DOS PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES</u>	<u>12</u>
<u>9. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS:</u>	<u>13</u>
<u>10.DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</u>	<u>13</u>
<u>11.DO AMPARO FINANCEIRO:</u>	<u>13</u>
<u>12.DOS PRAZOS E DO CONTRATO:</u>	<u>13</u>
<u>13.DA FORMA DE PAGAMENTO</u>	<u>15</u>
<u>14. IMPUGNAÇÃO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS</u>	<u>15</u>
<u>15.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u>	<u>15</u>
<u>16.DISPOSIÇÕES GERAIS:</u>	<u>16</u>
<u>17.DOS ANEXOS</u>	<u>16</u>
<u>ANEXO I</u>	<u>18</u>
<u>ANEXO II</u>	<u>19</u>
<u>ANEXO III</u>	<u>20</u>
<u>ANEXO IV</u>	<u>21</u>
<u>ANEXO V</u>	<u>22</u>
<u>ANEXO VI</u>	<u>23</u>
<u>ANEXO VII</u>	<u>24</u>
<u>ANEXO VIII</u>	<u>25</u>



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



<u>ANEXO IX.....</u>	<u>26</u>
<u>ANEXO X.....</u>	<u>28</u>
TERMO DE COMPROMISSO DE PARTICIPAÇÃO.....	36

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2012

O **Município do Rio Grande**, através do Gabinete de Compras e Licitações das OBRAS DO Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, torna público aos interessados, que fará realizar no dia **13 de junho de 2012**, às **14 horas**, na sala de reuniões da Gabinete de Compras e Licitações Públicas, à rua Marechal Floriano nº 458, a licitação na modalidade de Concorrência Pública, pelo regime de execução indireta, do tipo **“menor preço”**, **empreitada por preço global**, de acordo com o que determina a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, cláusulas e condições deste edital, a fim de receber as propostas para o objeto abaixo descrito:

1. OBJETO:

- 1.1. É objeto deste Processo Licitatório contratação de empresa especializada para EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE MACRO DRENAGEM E AMPLIAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS
- 1.2. com o Projeto Executivo, planilhas e cronogramas, em anexo.
- 1.3. **Valor orçado** estimado para execução desta obra: **R\$ 6.938.211,73**
- 1.4. **Prazo** para Execução: **Conforme Cronograma Físico Financeiro**

DA LEGISLAÇÃO QUE AMPARA:

- 1.5. Este procedimento licitatório encontra-se sob a égide da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais alterações introduzidas posteriormente. Qualquer omissão na redação do presente edital deverá ser suprida pela lei mencionada.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

- 2.1. Poderá participar desta licitação qualquer empresa da construção civil regularmente estabelecida no país, que seja especializada e credenciada no ramo do objeto da licitação, e que satisfaça a todas as exigências do presente edital, especificações e normas, de acordo com os anexos relacionados, partes integrantes deste edital;
- 2.2. É vedada a participação direta ou indiretamente nesta licitação:
 - 2.2.1. Autor do projeto;
 - 2.2.2. Empresas que possuam em seu quadro, servidores ou dirigentes da Prefeitura Municipal do Rio Grande, bem como do órgão repassador dos recursos para a obra;
 - 2.2.3. Sociedades cooperativas ou em forma de consórcio;
 - 2.2.4. Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal temporariamente suspenso e que por estas tenham sido declaradas inidôneas;
 - 2.2.5. Que estejam suspensas temporariamente de participar em licitações e impedidas de contratar com a Prefeitura do Rio Grande;
 - 2.2.6. Empresas que estejam em processo de recuperação judicial, processo de

falência, concordata, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

- 2.3. As proponentes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste edital e seus anexos, sem poder invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações;
- 2.4. Para elaboração da proposta referente ao objeto do presente Edital, deverão ser observadas as normas da ABNT, os projetos, as especificações técnicas e demais considerações da Prefeitura Municipal do Rio Grande;
- 2.5. Estarão à disposição dos interessados o Edital e cópia dos elementos técnicos necessários e indispensáveis ao entendimento da obra, referentes ao objeto desta Concorrência, que estarão disponíveis no site da Prefeitura Municipal do Rio Grande, www.riogrande.rs.gov.br, ou na Rua Marechal Floriano, nº 458, Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GCLP;
 - 2.5.1. A detecção de comprovada incompatibilidade de elementos técnicos deverá ser comunicada ao órgão licitante pela proponente, a fim de serem sanadas durante o procedimento licitatório.

2.6. CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS

- 2.6.1. A execução da obra deverá obedecer, integral e rigorosamente, os projetos, memoriais, detalhes fornecidos e as normas, especificações e métodos aprovados, ou em fase de projeto da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e relacionadas direta ou indiretamente com a obra;
- 2.6.2. Sempre que inexistir norma brasileira e enquanto não for criada uma normatização referente a determinado assunto, ficará a critério da Fiscalização da Contratante a indicação da norma a ser seguida;
- 2.6.3. A proponente vencedora, antes do início da obra, deverá solicitar todas as licenças e/ou autorizações necessárias para implantação da obra, pagará taxas, impostos e demais encargos junto aos Órgãos Públicos e demais Órgãos Competentes, exceto as Licenças fornecidas pelo Órgão Ambiental competente, que será de responsabilidade da Prefeitura. A fiscalização não autorizará o início das obras sem a devida documentação;
- 2.6.4. As ferramentas, equipamentos e máquinas utilizadas na realização dos serviços deverão apresentar plenas condições de funcionamento e conservação, além de garantir a segurança do usuário, devendo ser substituídas em no máximo 48 (quarenta e oito) horas quando determinado pela fiscalização, sem que isso venha adiar prazos ou gerar ônus ao Município do Rio Grande;
- 2.6.5. **Antes da emissão da Ordem de Início da obra, a Contratada deverá apresentar o Sistema de Segurança e Medicina do Trabalho (SSMT), integrado pelo Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme determina a legislação vigente;**
- 2.6.6. A licitante contratada providenciará o Diário de Obras para registro das atividades diárias e aquelas que são relevantes e inerentes aos serviços contratados, devendo ser assinado pela fiscalização da Contratante e Contratada. O modelo do Diário de Obra deverá ser apresentado antes do recebimento da Ordem de Início, para que seja aprovado pela fiscalização da Contratante;
- 2.6.7. Qualquer alteração de projeto deverá ser feita de comum acordo com o setor

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

competente da Prefeitura, e devidamente documentada;

- 2.6.8. Todos os materiais empregados deverão ser de primeira qualidade, satisfazendo as normas técnicas pertinentes, Especificações Técnicas e orientações do Contratante. Os materiais recusados pela fiscalização deverão ser retirados da obra e substituídos em seguida por outros que satisfaçam as especificações. A reincidência em uso de materiais de qualidade inferior poderá determinar as penalidades previstas no contrato;
- 2.6.9. A proponente vencedora deverá providenciar máquinas, equipamentos e mão-de-obra compatíveis com a obra contratada, devendo atender, no mínimo, uma frente de obra (não obstante está subentendido que a referida empresa terá que complementar a relação de equipamentos e equipe técnica mínima prevista, com todo e qualquer pessoal, máquinas e equipamentos necessários para o perfeito desempenho das suas atividades na execução da obra para atender o cronograma previsto);
- 2.6.10. No decorrer do andamento dos trabalhos da Contratada, através dos serviços previstos de topografia e locação das obras, a proponente chamará, com antecedência prévia, a Fiscalização para dirimir dúvidas e realizar os ajustes necessários, tomando por base o projeto executivo proposto, e as cotas efetivamente necessárias para os casos verificados “in loco” durante o decorrer dos trabalhos realizados pela Contratada;
- 2.6.11. A Contratada deverá apresentar junto com a última medição, no encerramento dos serviços, projeto completo das obras executadas em caso de ocorrer mudanças no projeto, sendo condição para o recebimento da última parcela do pagamento.

3. DO CREDENCIAMENTO:

- 3.1. As empresas interessadas poderão ser representadas por pessoas especialmente credenciadas para o certame, mediante apresentação de procuração firmada pelo representante legal (Anexo III);
- 3.2. Os documentos assinados pelo licitante e ou preposto, com o devido instrumento de mandato, apresentados no presente certame, deverão ter suas assinaturas reconhecidas em cartório;
- 3.3. Caso o representante na sessão de abertura seja sócio proprietário, o mesmo deverá apresentar uma cópia do Contrato Social ou a Certidão Simplificada da Junta Comercial, devidamente autenticada;
- 3.4. A credencial, qualquer que seja, será sempre apresentada juntamente com a cédula de identidade do credenciado, em separado dos envelopes de “Habilitação” e “Proposta Financeira”;
- 3.5. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste edital;
- 3.6. A ausência de poderes para representação não impedirá a licitante de participar do processo licitatório, mas obstará o representante de se manifestar pela mesma no transcurso dos trabalhos;
- 3.7. Qualquer pessoa poderá entregar os documentos de Habilitação e as Propostas Financeiras de mais de um licitante, porém, nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um licitante, sob pena de exclusão sumária dos licitantes representados;
- 3.8. Na hipótese de interrupção e conseqüente reabertura das sessões de recepção e/ou julgamento da Habilitação e Proposta Financeira, os licitantes poderão se fazer

representar pelos mesmos mandatários designados para a sessão inicial. Havendo designação de novos representantes, estes deverão atender todas as exigências deste item do Edital;

4. DA APRESENTAÇÃO DE ENVELOPES:

4.1. A apresentação da proposta fará prova de que o licitante:

- 4.1.1. Recebeu e examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e as partes que o integra, que os comparou entre si e obteve da Prefeitura do Rio Grande informações necessárias para sua participação no certame;
- 4.1.2. Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital e os anexos referentes a esta licitação, que permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória;
- 4.1.3. Visitou os locais dos serviços e tem pleno conhecimento das condições dos mesmos;
- 4.1.4. Disponibilizará os equipamentos mínimos necessários na data para início da execução das obras, atestando o bom estado de conservação dos mesmos;
- 4.1.5. Incluiu nos preços ofertados todas as despesas da obra e encargos a seguir relacionados, quando existirem: todos os materiais, equipamentos e ferramentas, administração local e central, controle tecnológico de qualidade e testes das obras que forem necessários, mão-de-obra especializada que se fizer necessária, seguros em geral, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária, infortunistica do trabalho e outros fenômenos da natureza, responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a obra, sem direito a repasse ao Município do Rio Grande, custos e lucro, bem como dissídios e acordos coletivos, vigentes na data da proposta.

4.2. As proponentes deverão apresentar dois envelopes distintos, lacrados (colados). Sugerimos conter externamente o seguinte:

ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2012 - EXECUÇÃO DE
OBRAS E SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE
MACRO DRENEGEM E AMPLIAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO
DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS.
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CNPJ DA LICITANTE
ENDEREÇO COMPLETO
TELEFONE/FAX, E-MAIL

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA FINANCEIRA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 010/2012 – EXECUÇÃO DE
OBRAS E SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE
MACRO DRENEGEM E AMPLIAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO
DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS.
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
CNPJ DA LICITANTE
ENDEREÇO COMPLETO
TELEFONE/FAX, E-MAIL

OBS: Recomenda-se que os documentos de Habilitação e Proposta Financeira, sejam apresentados, em pasta duplo furo, com suas folhas devidamente numeradas e rubricadas, com os documentos organizados na ordem transcrita neste Edital, contendo no início um “Índice” e ao final o “Termo de Encerramento”, informando o número de páginas constantes no envelope. O não cumprimento desta recomendação será sanado na sessão pela Comissão. A eventual falta de numeração ou a numeração incorreta, não será motivo de inabilitação, podendo ser suprida pelo representante da licitante na sessão de abertura dos documentos.

5. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 01

- a) O Envelope nº 01 deverá conter os documentos de habilitação abaixo relacionados, em cópias devidamente autenticadas em cartório ou por servidor do órgão licitante;
- b) Os documentos assinados pelo representante legal ou procurador da empresa deverão ter a assinatura reconhecida em cartório, conforme modelo dos anexos a este edital,
- c) Serão aceitas certidões, em original, certidões obtidas pela internet, dentro do prazo de validade, sujeitando-se a verificação, caso necessário;
- d) Os documentos apresentados sem prazo de validade, considerar-se-ão vencidos após 90 (noventa) dias da data de sua emissão;
- e) Presumem-se autênticos todos os documentos e informações apresentadas pela Licitante. No entanto, fica reservado o direito de averiguar a autenticidade dos mesmos. Caso constatado indícios de fraude, serão aplicadas as penalidades legais.

OBS: Para não prejudicar os trabalhos na sessão de abertura desta licitação qualquer membro da Comissão de Licitação poderá autenticar os documentos, se apresentados os originais, acompanhado de suas cópias, até um dia útil anterior a abertura dos envelopes.

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 5.1.1.Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 5.1.2.Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com consolidação e última alteração, devidamente registrado;
- 5.1.3.Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades por ações, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 5.1.4.Alvará de Licença e Funcionamento expedido pela Prefeitura do Município sede da licitante;

5.2. REGULARIDADE FISCAL:

- 5.2.1.Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 5.2.2.Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 5.2.3.Certidão de Regularidade com a Seguridade Social FGTS;
- 5.2.4.Certidão de Regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;
- 5.2.5.Certidão Conjunta de Débitos junto à Fazenda Pública Federal e Dívida Ativa da União;
- 5.2.6.Certidão Negativa de Débitos perante à Fazenda Estadual;
- 5.2.7.Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Municipal – ISS e IPTU (da

sede da Empresa);

5.2.8. Declaração de que não emprega menores em seu quadro funcional, (Anexo II);

5.2.9. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da sua emissão.

5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

5.3.1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas, tomando como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

5.3.1.1. Se necessária a atualização do balanço deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado por contador habilitado ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

5.3.1.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Sociedades Anônimas, observada as exceções legais, a sociedade deverá apresentar as publicações do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis na Imprensa Oficial, bem como a Ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial respectiva;

b) Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA), Termo de Abertura e cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral onde os mesmos foram transcritos com as devidas Notas Explicativas e Termo de Encerramento, assinados por técnico ou contador responsável e por seus sócios, registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, conforme determina a legislação vigente que regula esta matéria;

5.3.1.3. A comprovação da boa situação financeira a ser demonstrada pela licitante deverá estar devidamente aplicada em memorial de cálculo juntado ao balanço, assinado por contador habilitado ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, a ser ratificada através dos índices abaixo descritos. Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão Especial de Licitações reserva-se o direito de efetuar os cálculos:

a) **ILC – Índice de Liquidez Corrente igual ou superior a 1,20**

b) **ILG – Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,20**

c) **GE – Grau de Endividamento igual ou inferior a 0,50,**

sendo:

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{GE} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Total do Ativo}}$$

5.3.1.4. Para atendimento ao disposto no § 5º do Art. 31 da Lei nº 8.666/93, são definidos a seguir, os índices acima citados:

- a) **Índice de Liquidez Corrente (ILC igual ou superior a 1,20):** representa pela capacidade das empresas em saldar suas obrigações de curto prazo (um ano), honrando seus compromissos nas datas de vencimento. A maioria das obrigações classificadas no Passivo Circulante vence imediatamente após o encerramento do balanço. Somente o Imposto de Renda provisionado e os empréstimos contraídos são amortizados ao longo do próximo exercício;
- b) **Índice de Liquidez Geral (ILG igual ou superior a 1,20):** contempla o entendimento do primeiro, visto que agrega a capacidade de pagamento em longo prazo, sem que a empresa tenha que dispor do Ativo Permanente;
- c) **Grau de Endividamento (GE igual ou inferior a 0,50):** consolida a análise de boa situação da empresa, pois demonstra a estrutura do capital onde a participação do capital de terceiros superior a 2/3 (dois terços) do capital próprio torna a empresa vulnerável a qualquer intempérie.
- d) A exigência destes índices justifica-se pelo vulto do empreendimento, pois o índice de liquidez determina quanto a empresa possui de disponibilidade e créditos para cumprir com as obrigações exigíveis.

5.3.2. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física a menos de 90 (noventa) dias da abertura dos envelopes;

5.3.3. Certidão da junta comercial do Estado, ou em caso de Sociedade Civil Certidão do Cartório de Registro de Pessoa Jurídica onde a empresa tem seu domicílio legal, comprovando possuir o **Patrimônio Líquido** de até a data da apresentação da proposta, igual ou superior a **R\$ 694.000,00 (seiscentos e noventa e quatro mil reais)**;

5.3.4. Relação dos compromissos assumidos que importem diminuição da sua capacidade operativa ou absorção de sua disponibilidade financeira, que será calculada diante do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação;

5.3.4.1. Informar a relação dos contratos assinados até a data de abertura dos envelopes desta licitação, com no mínimo as seguintes informações: a contratante, o nº do contrato, objeto, data de início e prazo de execução, valor total contratado, percentual executado e a executar (Anexo VIII).

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 5.4.1. Certidão de registro ou inscrição no CREA da empresa e do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) para a execução dos serviços ora licitados;
- 5.4.2. Indicação do(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) pelo cumprimento do objeto desta licitação, comprovando ser integrante(s) do quadro permanente da licitante na data de abertura das propostas, detentor(es) de Atestado(s) de Capacidade Técnica, compatível(is) em características, quantidades e prazos com o objeto deste certame;
- 5.4.3. Comprovação de vínculo empregatício ou contratual do(s) profissional(is) indicado(s), para com a empresa. Entende-se que a vinculação do(s) profissional(is) poderá ser:
 - 5.4.3.1. Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, acompanhado do comprovante de pagamento da Guia da Previdência Social-GPS do mês anterior ao certame, em nome cada profissional;
 - 5.4.3.2. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
 - 5.4.3.3. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- 5.4.4. Atestado(s) de Capacidade Técnica, devidamente chancelados pelo CREA, em favor do(s) profissional(is) indicado(s), expedido(s) por Pessoa Jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, que comprove(m) a execução de serviços com bom desempenho, relativos a Execução de Pavimentação e Drenagem.**
 - 5.4.4.1. As Obras Civis elencadas no item 6.4.4. poderão ser comprovadas através de um ou mais atestados, desde que comprovem o atendimento total dos serviços solicitados.
- 5.4.5. Relação do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto desta licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, acompanhada das respectivas fichas curriculares, com a devida autorização de inclusão do nome de cada técnico relacionado na equipe (Anexo IV). Será admitida no decorrer da obra a substituição destes profissionais por outros de experiência equivalente ou superior, atendida as exigências anteriores, desde que aprovada pela Contratante;
- 5.4.6. Relação dos principais itens de equipamentos e instalações industriais que serão utilizados na execução da obra;
- 5.4.7. Declaração que executará a(s) obra(s) de acordo com o Projeto de Engenharia e Especificações, e se compromete a dispor, para emprego imediato, dos equipamentos necessários à realização das obras, e que se encontram em condições adequadas de utilização e que alocará profissionais com experiência na realização de obras, de complexidade igual ou maior ao do objeto desta licitação;
- 5.4.8. Atestado de Visita Técnica **emitido pelo Município(UGP - Unidade Gestora de Projetos)** e firmado também pelo responsável técnico da proponente,

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

legalmente habilitado, de que, através de visita ao local das obras e/ou serviços, aceitam como válida a situação em que se encontra aquele local para a realização dos mesmos, tomando conhecimento de todas as informações necessárias para a formulação de sua proposta (Anexo VII);

5.4.8.1. O **agendamento para a visita técnica** ocorrerá **até 3 (três) dias úteis anteriores a data de abertura desta licitação**, pelo fone (53) 3233.6060 ou 3233.8417 das 13:00h às 17:00h, com a Central e Compras. A visita deverá ser realizada preferencialmente a tarde na data agendada, sendo o prazo máximo para agendamento 3 (três) dias úteis anteriores a data de abertura desta licitação.

5.4.8.2. Para visita ao local da obra, a proponente deverá encaminhar um **profissional técnico da empresa**, devidamente identificado através de carteira, registro ou inscrição no CREA e prova de vínculo com a empresa licitante (de acordo com o item 6.4.3);

5.4.8.3. Todos os custos que os interessados tiverem em relação à visita técnica, serão de responsabilidade das proponentes;

5.4.9. Declaração de Concordância com todos os termos do Edital (Anexo VI);

OBS.: Solicitamos à licitante, se habilitada, apresentar declaração conforme modelo (Anexo I), abrindo mão do prazo recursal referente à fase de habilitação.

6. DA PROPOSTA FINANCEIRA - ENVELOPE Nº 2

6.1. A proposta deverá vir impressa, sem rasuras ou emendas, devidamente assinada pelo representante legal da empresa em sua última folha e rubricada nas demais, se houver. Solicitamos indicar o CNPJ e a Razão Social. Será desclassificada a licitante que tendo apresentado habilitação da matriz, apresentar proposta financeira da filial ou vice-versa;

6.2. A licitante deverá cotar o preço global da obra, em reais, com duas casas decimais, expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência (Anexo IX). O preço global proposto deverá contemplar todas as despesas necessárias à realização de serviços para a obra, tais como materiais, mão-de-obra, leis sociais, tributos, impostos, taxas, emolumentos, cópias, serviços de terceiros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, transporte, estadia, alimentação, ferramentas, equipamentos, maquinário, EPIs, seguros, licenças, ligações provisórias e definitivas, sinalização do trânsito, placas da obra, ensaios necessários, enfim, tudo que se fizer necessário à perfeita execução do objeto licitado, mesmo que não especificado neste edital, bem ainda, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos;

6.3. Planilha de quantitativos e preços unitários e total, com 01 (uma) via, impressa em papel, devidamente assinada, discriminando em separado duas colunas com materiais/equipamentos e mão de obra (Anexo XI);

6.3.1. A planilha de quantitativos e preços unitários e total, deverá seguir exatamente os itens apresentados no orçamento. Em caso da empresa não concordar com os itens deverá apresentar justificativa técnicas 2 (dois) dias úteis anteriores a data marcada para a abertura da proposta, caso isto não o faça terá que seguir exatamente os mesmos itens previstos no orçamento que compõe este edital, não sendo admitida propostas diferentes.

6.4. Composição detalhada de todos os seus custos unitários, onde serão demonstrados os custos diretos, considerando os insumos, os respectivos coeficientes de produtividade e encargos sociais;

6.5. Composição de BDI (Benefício e Despesas Indiretas), onde serão demonstradas as

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

taxas, os impostos, o lucro, e demais despesas indiretas necessárias para a realização do objeto ora licitado;

- 6.5.1.O índice de BDI deve variar entre 20% à 30%, e ser apresentado de forma detalhada, admitindo-se em sua composição exclusivamente os seguintes itens, com seus respectivos percentuais, de acordo com o quadro abaixo:

Itens Componentes do BDI	Mínimo	Médio	Máximo
Garantia	0,00	0,21	0,42
Risco	0,00	0,97	2,05
Despesas Financeiras	0,00	0,59	1,20
Administração Central	0,11	4,07	8,03
Lucro	3,83	6,90	9,96
Tributos	6,03	7,65	8,34

- 6.5.2.Administração local, instalação de canteiro de obras, acampamento, mobilização e desmobilização (de mão-de-obra e equipamentos) devem compor os custos diretos da obra;

- 6.5.3.Tributos de natureza personalística, como IRPJ e CSSL não são admitidos na composição do BDI;

- 6.6. Deverá ser apresentado cronograma físico-financeiro, com o prazo de execução de 06 (seis) meses consecutivos, dividido em parcelas mensais bem definidas, com o máximo de desagregação das atividades e vislumbrando o desenvolvimento coerente das mesmas, devendo espelhar relação de compatibilidade entre a execução física e a execução financeira, igualmente firmada pelo responsável técnico e representante legal da empresa;

6.6.1.A sequência de execução da obras previstas não poderá ser alterada, uma vez que já foi feito estudo de mobilidade urbana e do fornecimento de material para cada uma das vias.

- 6.7. Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todo o serviço, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação do projeto por parte do licitante;

- 6.8. Serão corrigidos automaticamente pela Comissão Especial de Licitação quaisquer erros aritméticos, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total do item, quando prevalecerá sempre o primeiro;

- 6.8.1.Depois de efetuadas as correções necessárias, quanto a erros de soma e/ou quantitativos na planilha orçamentária, serão considerados os valores corrigidos, tanto para mais quanto para menos no preço total cotado;

- 6.8.2.A falta de data, assinatura e/ou rubrica nas declarações elaboradas pela própria licitante e na proposta poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes e com poderes para esse fim;

- 6.8.3.A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá também ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados na Habilitação;

- 6.9. Deverá constar da proposta o nome do representante da empresa que firmará contrato com a Administração Municipal do Rio Grande, bem como o nº do RG, CPF e cargo ocupado;

- 6.10. Validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;

- 6.10.1. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, caso persista o interesse no objeto licitado, a Administração poderá solicitar prorrogação da validade da proposta, que

deverá ser expressamente aceita pelo licitante.

7. DOS PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1. Caberá à Comissão Especial de Licitação apreciar a habilitação, classificação e o julgamento das propostas, observando-se os dispositivos abaixo:

- 7.1.1. Esta licitação será julgada pela Comissão, considerando-se o atendimento das exigências deste edital, em 02 (duas) fases, a primeira concernente a análise da documentação de habilitação e, a segunda, referente ao exame e julgamento das propostas financeiras;
- 7.1.2. Iniciada a sessão pública, a Comissão receberá dos interessados os documentos de credenciamento e, depois de examinados, solicitará os envelopes nº 01 e 02 e abrirá aqueles contendo os documentos de habilitação das licitantes, os quais serão submetidos à apreciação dos presentes para verificação dos documentos neles contidos, rubricando-os, posteriormente, folha por folha;
- 7.1.3. A Comissão poderá suspender a sessão em questão, para que tenha melhores condições de analisar os documentos apresentados, enviando ata da decisão proferida por fax ou e-mail, marcando oportunamente, nova data e horário, em que voltará a se reunir com as interessadas;
- 7.1.4. Caso a segunda fase não ocorra logo após a primeira, os envelopes de Proposta Financeira serão rubricados em seu fecho pelo Presidente da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes dos licitantes, permanecendo fechado sob a guarda e responsabilidade da Comissão;
- 7.1.5. Transcorrido o prazo de recurso ou decididos os eventualmente interpostos, serão retomados os trabalhos de licitação, para abertura dos envelopes de Proposta Financeira, em nova data (dia e hora) a ser comunicada às empresas participantes por meio de fax ou e-mail;
- 7.1.6. A Comissão procederá à abertura dos envelopes contendo as Propostas Financeiras das empresas habilitadas na primeira fase, as quais serão rubricadas e analisadas pelos representantes das licitantes presentes, folha por folha;
- 7.1.7. A Proposta financeira da licitante considerada habilitada será avaliada pelos membros da Comissão Especial de Licitação segundo os critérios estabelecidos neste Edital;
- 7.1.8. Em todas as reuniões será lavrada ata circunstanciada da sessão, na qual constarão as eventuais observações, sendo assinada, pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes credenciados das licitantes presentes.

8. DA ENTREGA DAS PROPOSTAS:

- 8.1. As propostas deverão ser **entregues no Gabinete de Compras e Licitações Públicas**, até as **13:30 horas do dia 13 de junho de 2012**, na Marechal Floriano nº 458, Centro;
- 8.2. A Administração Municipal não fará o recolhimento de envelopes nas agências de correios ou rodoviária. Os envelopes que não forem entregues no local e horário acima citado, não poderão participar do certame.

9. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- 9.1. O julgamento será realizado pela Comissão Especial de Licitação, levando em consideração o “menor preço global”;

- 9.2. Em caso de discordância entre o valor em algarismos e o por extenso, prevalecerá o valor descrito por extenso;
- 9.3. Será desclassificada a proposta que apresentar preços incompatíveis e inexeqüíveis com os insumos necessários à realização do objeto e preços acima dos praticados no mercado;
- 9.4. Esta licitação será processada e julgada com observância no disposto no artigo 43 e 44 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações;
- 9.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, proceder-se-á o sorteio com a convocação expressa de todos os licitantes, conforme disposto legal, preconizado no artigo 45, parágrafo segundo do Estatuto de Licitações e Contratos;

10. DO AMPARO FINANCEIRO:

- 10.1. O presente certame encontra amparo legal e financeiro no Orçamento 2010, na seguinte dotação orçamentária:

05.02.17.512.0106.1217 PROJETO DE MACRODRENAGEM DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

11. DOS PRAZOS E DO CONTRATO:

- 11.1. Depois de esgotados os prazos para recursos, a licitante vencedora será convocada a assinar o respectivo contrato no prazo de sete dias após a adjudicação;
- 11.2. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Comissão Especial de Licitação;
- 11.3. A Contratada deverá apresentar, em até 07 (sete) dias úteis, após a assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica-ART e Matrícula junto ao INSS, para posterior expedição da Ordem de Serviço;
- 11.4. **O prazo para execução será em conformidade com o cronograma físico que se integra a este processo, sendo descontados os dias impraticáveis à execução dos serviços;**
- 11.5. A contratação do objeto licitado obedecerá ao modelo do contrato (Anexo X – Minuta de Contrato);
- 11.6. **A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no Contrato, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato;**
- 11.7. O Município designará uma equipe técnica, devidamente habilitada, para exercer ampla, cotidiana e rotineira fiscalização dos serviços, além da empresa contratada para supervisão e apoio à fiscalização das obras;
- 11.8. Caso a sede da Proponente vencedora desta licitação, não seja a mesma da região onde será realizado o serviço, a mesma deverá atender o disposto na **Resolução n.º 413 de 27/06/1997, do CONFEA**, fazendo prova desta providência até a data do efetivo início do objeto contratado, à Fiscalização da Prefeitura Municipal do Rio Grande;
- 11.9. A Contratada prestará a título de garantia de execução contratual o correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado, no ato da assinatura do instrumento de contrato;
- 11.10. Caberá à Contratada optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
 - 11.10.1. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

- 11.10.2. seguro garantia;
- 11.10.3. fiança bancária;
- 11.11. No caso de garantia em dinheiro, a Contratada depositará em conta específica indicada pela Contratante, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato;
- 11.12. No caso de Garantia prestada na modalidade de seguro garantia, esta deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, dos seguintes documentos:
- 11.13. Respectivo comprovante de quitação do prêmio do seguro;
 - 11.13.1. Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP Superintendência de Seguros Privados, em nome da Seguradora que emitir a apólice;
 - 11.13.2. Certidão de Regularidade Operacional junto ao IRB - Instituto de Resseguros do Brasil ou outra resseguradora autorizada pela SUSEP, em nome da Seguradora que emitir a apólice;
- 11.14. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil;
- 11.15. No caso de garantia prestada em títulos da dívida pública, esta deverá vir acompanhada, obrigatoriamente, das seguintes comprovações:
 - 11.15.1. origem/aquisição mediante documento respectivo e lançamento contábil através de registros no balanço patrimonial da Contratada;
 - 11.15.2. documento emitido por entidade ou organismo oficial, dotado de fé pública, demonstrando o valor do título atualizado monetariamente;
 - 11.15.3. Serão aceitos apenas e tão somente títulos passíveis de resgate incontestável sob qualquer aspecto e com prazos de resgate de no máximo 90 dias após o prazo contratual;
- 11.16. A validade do seguro-garantia e fiança bancária será de 90 dias além do prazo de execução da obra. Caso ocorra prorrogação do Contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.
- 11.17. A Prefeitura do Rio Grande se reserva o direito de averiguar, de acordo com as cautelas de estilo, a autenticidade dos títulos oferecidos pela Contratada. Caso constatado indícios de fraude, se obriga a oferecer denúncia ao Ministério Público.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

- 12.1. **O pagamento será efetuado conforme cronograma físico financeiro com a observância do estipulado pelo Art. 5º da Lei Federal nº 8666/93, descrito na cláusula terceira do contrato e de acordo com as medições dos serviços realizados no período, conforme Projeto Executivo em anexo**
- 12.2. **As medições serão processadas mensalmente pela empresa executora em conjunto com a Fiscalização da Contratada e Contratante, as quais corresponderão a cada etapa de serviços concluída da Planilha Orçamentária**

13. IMPUGNAÇÃO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 13.1. Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de Habilitação e Propostas Financeiras, no horário de atendimento do protocolo geral do Gabinete de Compras e Licitações Públicas do Rio Grande, no horário da 13:00h às 17:30h;
- 13.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Habilitação;

- 13.3. Das decisões da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por escrito e devidamente fundamentado dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, nos prazos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, devendo o mesmo ser protocolado Gabinete de Compras e Licitações Públicas do Rio Grande, com observância do horário acima mencionado;
- 13.4. Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação da licitante e julgamento das propostas terão efeito suspensivo;
- 13.5. Os recursos preclusos ou interpostos fora do prazo não serão apreciados pela Comissão Especial de Licitação;
- 13.6. Recebido o recurso, a Comissão poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, no mesmo prazo submeter o recurso, devidamente instruído, à autoridade competente, que decidirá em 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento;
- 13.7. A licitante que injustificadamente e sem fundamentação recorrer da decisão da Comissão Especial de Licitação, fica ciente que em sendo seu pleito indeferido, poderá responder pelos danos causados à Administração Pública pela sua ação procrastinatória;

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, sem justificativa aceita pela Contratante, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:
 - 14.1.1. advertência por escrito, no caso de pequenas falhas e/ou irregularidades;
 - 14.1.2. multa compensatória no percentual de 2% (dois por cento), calculadas sobre o valor total da contratação, pela recusa em assinar o instrumento contratual, no prazo máximo de 07 (sete) dias, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no artigo 86 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores;
 - 14.1.3. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos;
 - 14.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que ser concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

15. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 15.1. A Prefeitura do Rio Grande reserva-se o direito de adjudicar as condições ofertadas, revogar ou anular a presente licitação, sem que caiba aos proponentes qualquer direito a reclamação ou indenização;
- 15.2. Não serão aceitas quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste ato convocatório;
- 15.3. A Comissão não irá conceber propostas que deixarem de atender, ou ainda que venham a divergir das exigências deste Edital;
- 15.4. A Comissão Especial de Licitação esclarecerá as eventuais dúvidas a respeito do presente ato convocatório, desde que argüidas por escrito até 05 (cinco) dias antes da data fixada para a abertura dos envelopes;
- 15.5. A apresentação dos envelopes por parte da licitante interessada implica total

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

concordância com as condições do ato convocatório da licitação, exceto quanto à(s) cláusula(s) tempestivamente impugnada(s) com decisão administrativa ainda não transitada em julgado;

- 15.6. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentação apresentadas em qualquer fase da licitação, bem como a comunicação de fato ou evento superveniente a entrega dos documentos ou a habilitação que venha a alterar sua situação quanto à capacidade jurídica, idoneidade e regularidade fiscal, sob as penas da lei;
- 15.7. Em todas as fases da licitação serão observados os prazos recursais, previstos nos incisos, alíneas e parágrafos do artigo 109 da Lei Federal nº 8666/93;
- 15.8. É facultada à Comissão Especial de Licitação, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na documentação de Habilitação ou da Proposta financeira;
- 15.9. As dúvidas que surgirem em qualquer fase da abertura dos envelopes de Habilitação e Proposta Financeira, bem como os casos omissos, serão resolvidas pela Comissão Especial de Licitação, observados os preceitos legais pertinentes;
- 15.10. As informações sobre o Projeto ou Especificações Técnicas poderão ser feitas por escrito, fax ou pelo e-mail gilberto@gabex@riogrande.rs.gov.br - UGP. As informações sobre este Edital com claircompras@riogrande.rs.gov.br - fone (53) 3233.8417 ou 3233.606056 - regimar.compras@riogrande.rs.gov.br - GCLP .

16. DOS ANEXOS

- 16.1. Fazem parte deste Ato Convocatório, os anexos:
 - I - Modelo de declaração para renúncia de prazo recursal referente à fase de habilitação;
 - II - Modelo de declaração, que não emprega menores em seu quadro funcional;
 - III - Modelo de procuração para credenciamento;
 - IV - Modelo de relação de equipe técnica e termo de compromisso;
 - V - Modelo de relação de equipamentos mínimos;
 - VI - Modelo de declaração de concordância com os termos do edital;
 - VII - Modelo de atestado de visita técnica;
 - VIII - Modelo de relação de compromissos assumidos;
 - IX - Modelo de proposta financeira;
 - X - Minuta de contrato;

Rio Grande, 09 de maio de 2012.
Regimar Hernandez da Rosa
Gerente de Compras e Licitações Públicas



**Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas**



ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO

Termo de Contrato que entre si fazem o **MUNICÍPIO DO RIO GRANDE** e a empresa, tendo como objeto as OBRAS E SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE MACRO DRENAGEM E AMPLIAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS, conforme Projeto Básico e Memorial Descritivo em anexo.

Aos dias do mês de do ano de 2012, presente, de um lado, o **Município do Rio Grande**, CNPJ 88.566.872/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Fábio de Oliveira Branco, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, de outro lado, a empresa, CNPJ nº, com sede na rua, nº, cidade, estado, representada pelo Sr(a)....., C.I. nº, CPF nº, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, é celebrado o presente contrato de serviços descritos na cláusula primeira, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

É objeto deste instrumento a contratação de empresa especializada para Execução das obras de Infra Estrutura do Projeto de Revitalização de diversas ruas do Município, de acordo com os Projetos Executivos em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA VINCULAÇÃO

O objeto deste Contrato far-se-á sob a forma de execução indireta pelo regime de empreitada por preço global.

PARÁGRAFO ÚNICO: Este Contrato decorre da autorização do Prefeito Municipal, conforme des. de Homologação e Adjudicação do processo licitatório e se encontra vinculado aos termos e condições do **Edital de Concorrência Pública nº 010/2012** e seus anexos, que passam a fazer parte integrante do presente Contrato juntamente com a proposta da Contratada. Está vinculado a Lei n.º 8.666/93 e alterações, regulando suas cláusulas pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado aplicáveis, além das estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$..... (.....), pela execução da obra objeto deste certame, em parcelas mensais e sucessivas conforme cronograma físico-financeiro, sendo R\$ de materiais/equipamentos e R\$ de

mão-de-obra.

PARAGRAFO PRIMEIRO - Fica expressamente estabelecido que o preço global inclui todos os custos diretos e indiretos para a execução das obras, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas contidas no edital e demais documentos da licitação em causa, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

PARAGRAFO SEGUNDO – Os preços correspondentes à obra são os constantes da proposta da contratada, aceita na licitação acima referida, cujas planilhas constituem anexos integrantes deste instrumento independente de sua transcrição.

PARAGRAFO TERCEIRO - O(s) pagamento(s) será(ao) efetuado(s) em conformidade com o cronograma físico-financeiro, depois de aceitos os serviços pela fiscalização da Contratante, que conferirá e atestará a sua execução, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura da empresa, ou das empresas integrantes de consórcio que apresentou a proposta vencedora da licitação, acompanhada da seguinte documentação comprobatória, **conforme TAC – Termo de Ajuste de Conduta, firmado com o TRT – Tribunal Regional do Trabalho:**

1. Certidão de Regularidade com os Tributos Federais, FGTS, INSS;
2. Guia da Previdência Social (GPS), Guia de Recolhimento do FGTS e Informação à Previdência Social (GFIP), com autenticação do Banco recebedor, constando o nome dos empregados alocados para o serviço, correspondente ao mês imediatamente anterior ao da fatura apresentada;
3. Cópia da folha de pagamento, cópia autenticada das guias de recolhimento do INSS e FGTS individualizada dos empregados utilizados no serviço, bem como cópia dos recibos de entrega de vale-transporte, vale-alimentação, uniformes, EPI's e outros benefícios estipulados em Convenção Coletiva de Trabalho;
4. Cópia dos pagamentos de férias e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS DE INÍCIO E CONCLUSÃO DA OBRA

O prazo máximo para conclusão da obra é -----, sendo que o prazo será contado a partir da data de emissão da Ordem de Serviço de Início, sendo descontados os dias impraticáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - De posse do contrato assinado, a empresa deverá apresentar a CEI da obra e ART de execução, em até 07 (sete) dias úteis, no setor de compras e licitações. Após, será emitida a Ordem de Serviço de Início pela secretaria competente. A partir desta data a empresa terá o prazo máximo de até 10 (dez) dias consecutivos para dar início à obra.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os prazos de que trata esta cláusula poderão ser revistos nas hipóteses e forma a que alude o artigo 57 da Lei Federal Nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:

O presente certame encontra amparo legal e financeiro no **Orçamento 2012 na seguinte dotação orçamentária: 05.02.17.512.0106.1217 PROJETO DE**

MACRODRENAGEM DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

CLÁUSULA SEXTA - DA ENTREGA E GARANTIA DA OBRA EXECUTADA

O prazo de garantia de conservação da obra e funcionamento de suas instalações será de 05 (cinco) anos, contados da data do recebimento provisório, excetuando-se dano comprovadamente decorrente de fato de terceiro, caso fortuito ou força maior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratada, deverá por sua conta e responsabilidade, proteger a área onde são executados os serviços, em virtude dos possíveis riscos ocasionados pela execução do Contrato, relativos aos danos que seu pessoal, máquinas, equipamentos ou veículos causarem às instalações atuais e a terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O recebimento da obra se dará provisoriamente, por comissão responsável por seu acompanhamento, mediante termo circunstaciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da Contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O recebimento definitivo se dará por servidor, ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstaciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação (90 dias), ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no artigo 69 da Lei Federal 8.666/93. O Termo de Recebimento Definitivo só poderá ser emitido mediante apresentação da baixa da obra no CREA e no INSS, inexistindo qualquer pendência no Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe à contratante, a seu critério e através do corpo técnico da Secretaria competente, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução da obra.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A existência de atuação da fiscalização da Contratante em nada restringe a responsabilidade única, íntegra e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto contratado e às suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As obras, deste Contrato serão fiscalizadas e recebidas de acordo com o disposto nos arts. 67, 68, 69, 73, inciso I e § 2º e 3º, 76 da Lei nº 8666/93.

PARÁGRAFO QUARTO: A Contratante, rejeitará, no todo ou em parte, o que for executado em desacordo com o ato convocatório e cláusulas estipuladas neste Contrato.

PARÁGRAFO QUINTO: Somente serão emitidos atestados técnicos de obra após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo e após os testes de operação, caso não se constate nenhum problema operacional e/ou construtivo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

O cumprimento de todas as normas técnicas oficiais para a boa execução da obra correrão por conta da Contratada.

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratada indica como responsável técnico pela execução das obras o engenheiro civil....., carteira de identidade do CREA nº....., que fica autorizado a representá-la perante a Contratante e a fiscalização desta em tudo o que disser respeito àquela.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Além de outras estipuladas neste Contrato, são obrigações da Contratada:

1. Colocar placa identificadora de obra pública, no modelo padrão indicado pela Contratante;
2. Examinar o projeto, especificações técnicas e detalhes construtivos relativos à execução dos serviços contratados;
3. Recrutar profissionais habilitados e com experiência comprovada, fornecendo à Contratante relação nominal dos funcionários contratados, contendo identidade e atribuição;
4. Executar a obra através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que venham a cometer no desempenho de suas funções, podendo a Contratante solicitar a substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente;
5. Substituir os profissionais, por outros de qualificação equivalente, nos casos de impedimentos fortuitos, de maneira que não prejudiquem o bom andamento da obra e a boa prestação dos serviços;
6. Observar, na execução dos serviços e obras, os projetos, memoriais descritivos, as normas da ABNT, as especificações técnicas e as prescrições do Diário de Obras;
7. Antes do início da obra, deverá solicitar todas as licenças, registros e/ou autorizações necessárias para implantação da obra, pagando taxas, impostos e demais encargos junto aos Órgãos Públicos e demais Órgãos Competentes;
8. Solicitar por escrito à Contratante, a aprovação das especificações de fornecimento e autorização para compra dos materiais e equipamentos. A fiscalização não aceitará os materiais adquiridos sem a prévia aprovação e autorização da Contratante, ficando esta isenta de quaisquer responsabilidades, cabendo à proponente arcar com o ônus e/ou prejuízos daí decorrentes. A reincidência em uso de materiais de qualidade inferior poderá determinar as penalidades previstas no Contrato;
9. Providenciar máquinas, equipamentos e mão-de-obra compatíveis com a obra Contratada, devendo atender, no mínimo, uma frente de obra (não obstante está subentendido que a referida empresa terá que complementar a relação de equipamentos e equipe técnica mínima prevista, com todo e qualquer pessoal, máquinas e equipamentos necessários para o perfeito desempenho das suas atividades na execução da obra);
10. No decorrer do andamento dos trabalhos da Contratada, através dos serviços previstos de topografia e locação das obras, a empresa deverá chamar, com antecedência prévia, a Fiscalização para dirimir dúvidas e realizar os ajustes necessários, tomando por base o projeto executivo proposto, e as cotas efetivamente necessárias para os casos verificados “in loco” durante o decorrer dos trabalhos realizados pela proponente;
11. Arcar com todas as despesas decorrentes da eventual execução de trabalhos em horários extraordinários, inclusive iluminação, despesas com instalação e equipamentos necessários à plena execução dos serviços contratados, quando indispensável ao cumprimento dos prazos estipulados;

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas

12. Responder, por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados à Contratante ou terceiros, por seus empregados ou serviços;
13. Certificar-se, respondendo pelos eventuais descumprimentos, de que todos os seus empregados fazem uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), tais como calçados, botas, luvas, capas, óculos e outros adequados à prevenção de acidentes, previstos em leis e regulamentos concernentes à segurança, higiene e medicina do trabalho. A Fiscalização da Contratante poderá determinar a paralisação dos serviços enquanto os empregados não portarem tais equipamentos, correndo os respectivos ônus por conta da Contratada e mantendo-se inalterados os prazos de execução das obras;
14. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor;
15. Indenizar a Prefeitura por atrasos e/ou prejuízos advindos de paralisação, parcial ou total, dos trabalhos, provocados pelo não cumprimento da Legislação vigente sobre a proteção ambiental e de segurança e medicina do trabalho;
16. Manter, no local do serviço, um Diário de Obra, previamente aprovado pela Contratante, para o registro de ocorrências e irregularidades na execução dos trabalhos, devendo ser assinado, diária simultaneamente, pelo representante credenciado da Contratada e pelo Fiscal da Contratante, permanecendo em local acessível à Fiscalização desta a qualquer momento;
17. Acatar as determinações da Contratante no sentido de reparar e/ou refazer, de imediato, os serviços executados com vícios, defeitos ou incorreções;
18. Respeitar, na execução da obra, as características ambientais da região, obrigando-se ainda, a transportar, para local apropriado, aprovado pela Contratante, os materiais de "bota fora" e lixo de qualquer natureza provenientes das obras, mantendo a área de trabalho constantemente limpa e desimpedida;
19. Solicitar a ligação de energia elétrica e providenciar água para o canteiro de obras, se necessário;
20. Notificar imediatamente a Prefeitura, por escrito, antes de iniciar os serviços e quando necessário, no decorrer dos mesmos, de todos e quaisquer erros e/ou omissões que porventura existam nas plantas construtivas tais como: cotas superficiais, desenhos, detalhes e especificações, devendo corrigi-los de comum acordo com a Contratante, sob pena de ficar responsável pelas consequências daí resultantes, por falta de aviso. Fica, porém, estabelecido que a Contratada não poderá fazer nenhuma modificação sem a prévia aprovação por escrito da Fiscalização da Contratante;
21. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações tributárias, fiscais, comerciais, sociais, acidentárias, trabalhistas e previdenciárias resultantes da execução do presente Contrato, bem como pelos danos causados à Prefeitura ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, ficando assegurado à Prefeitura o direito de indenização, no caso de condenação judicial;
22. Comparecer a Juízo, assumindo a posição de Reclamada e todos os ônus daí decorrentes, na hipótese de a Prefeitura ser demandada por empregado da Contratada em decorrência de obrigações relacionadas à execução do presente Contrato;
23. Ressarcir a Prefeitura pelas importâncias que venha a despendar com o pagamento de condenações decorrentes de reclamações trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais,

sociais, acidentais e previdenciárias, ajuizadas contra a Prefeitura por empregados da Contratada, relacionadas com o objeto e com o período de vigência do presente Contrato;

24. Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a Contratada não deverá, mesmo após o término do Contrato, sem consentimento prévio por escrito da Contratante, fazer uso de quaisquer documentos ou informações, a não ser para fins de execução do Contrato;
25. Os materiais e serviços estarão sujeitos à inspeção e testes, que deverão ser inspecionados por órgão de reconhecida idoneidade, às expensas da empresa contratada;
26. A Contratada deverá apresentar no encerramento dos serviços, todas as alterações feitas nos projetos, caso houver necessidade;
27. Entregar a obra concluída, livre e desembaraçada de quaisquer materiais e equipamentos utilizados na sua execução, incluindo a limpeza da área adjacente.

CLÁUSULA NONA - RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

Cabe a Contratante a fiscalização e o pagamento pelas obrigações por ela assumidas, de acordo com o cumprimento do Cronograma Físico-Financeiro.

CLAUSULA DÉCIMA: PENALIDADES PARA CASOS DE INADIMPLEMENTO

PARAGRAFO PRIMEIRO: Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Contratante poderá aplicar à contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8666/93.

PARAGRAFO SEGUNDO: Em caso de atraso no cumprimento do cronograma das obras, será aplicável à empresa contratada multa moratória de valor equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor atualizado dos serviços em atraso, por dia útil excedente do respectivo prazo, até o limite de 10% (dez por cento);

PARAGRAFO TERCEIRO: O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada, sem justificativa aceita pela Contratante, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar as seguintes sanções:

1. advertência por escrito, no caso de pequenas falhas e/ou irregularidades;
2. multa compensatória no percentual de 2% (dois por cento), calculadas sobre o valor total da contratação, pelo desatendimento de qualquer outra obrigação assumida;
3. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor não executado do contrato, nos casos que ensejarem sua rescisão, determinada por ato unilateral da Contratante;
4. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos;
5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA CONTRATUAL

Em garantia da fiel e efetiva execução dos trabalhos contratados, a Contratada compromete-se, no ato da assinatura deste instrumento, a prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor contratado, ou seja, R\$ (.....) na modalidade, conforme art. 56 § 1º, I, II e III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída mediante solicitação protocolada e encaminhada à Secretaria da Fazenda, após a execução do contrato e o Termo de Recebimento Definitivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A caução responderá automaticamente pelo inadimplemento das condições contratuais e por eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste termo de contrato somente se reputará válida se tomada expressamente em instrumento aditivo, que ao presente se aderirá, passando a dele fazer parte.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA: DA RESCISÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratante poderá rescindir o presente Contrato:

1. por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XII, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à Contratada qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstram cabíveis em processo administrativo regular;
2. por não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
3. lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
4. atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
5. paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
6. sub-contratação total ou parcial do seu objeto sem expressa autorização da Contratante, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no Contrato;
7. desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
8. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67 desta Lei;
9. dissolução da sociedade, decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
10. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
11. ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A rescisão do Contrato unilateralmente pelo Município acarretará, sem prejuízo de outras previstas na Lei 8.666/93 e de caráter civil ou criminal, se necessárias, as seguintes consequências:



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras e Licitações Públicas



1. assunção imediata do objeto do contrato, por ato próprio do Município, mediante a lavratura de termo circunstanciado;
2. ocupação e utilização dos locais, instalações, equipamentos, materiais, e pessoal empregado especialmente para a execução do Contrato até o final do impasse;
3. responsabilização da Contratada por prejuízos causados ao Município; e
4. perda da garantia contratual;

PARÁGRAFO TERCEIRO: No caso de rescisão por parte da Contratada deverá esta notificar à Contratante num prazo não inferior a 30 (trinta) dias, com conteúdo fundamentado e comprovado, que será apreciado e deverá ter concordância da Contratante.

CLAUSULA DECIMA QUARTA: FORO

Fica eleita a Comarca do Rio Grande como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Termo de Contrato, recusando qualquer outra por mais privilegiada que seja.

E por estarem justas e Contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 03 (três) vias iguais de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Rio Grande,.....de janeiro de 2012.

CONTRATANTE
Sr. Fábio de Oliveira Branco

CONTRATADA